



especial
Cidadania

Deficientes à espera de direitos reais

Convenção internacional garante proteção às pessoas com deficiência, mas seu conteúdo ainda não é observado pela Justiça

Em vigor com força de emenda constitucional desde 2009 no Brasil, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência continua desconhecida da maioria dos juízes, alertam

entidades ligadas ao setor, reunidas pelo Senado para debater propostas que ajudem a fazer com que tais direitos saiam do papel. Vários deles até já existem, mas estão dispersos em diversos decretos e leis. **4 e 5**



Senador Paulo Paim (C) preside debate na CDH sobre deficientes visuais: preocupação com qualificação profissional e espaço no mercado

CDH debate qualificação para cegos

O governo negou ontem, em debate na CDH, que pretenda fechar institutos de educação para deficientes

visuais. Qualificação profissional e maior espaço no mercado de trabalho foram as principais reivindicações. **3**



Fotos de Mariana Matiz/Senado Federal

Situação do norte da África é debatida na CRE, presidida por Fernando Collor (C)

Analistas apontam incerteza política no Egito, Líbia e Tunísia

Em debate na Comissão de Relações Exteriores sobre o cenário estratégico internacional, espe-

cialistas dizem que, após manifestações pela democracia, norte da África vive tensão social. **6**

Senadores comentam os 100 primeiros dias do governo Dilma 7

Viagem à China gera pedidos de proteção à indústria nacional 7

Líderes discutirão proposta de novo referendo sobre desarmamento 2

Reforma política aprovada na comissão especial deve ser alterada 2

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para

Criança na escola

Educação para todos

“ Quando as crianças estiverem saindo do ensino fundamental e do ensino médio, conquistando o seu lugar no mercado de trabalho, é que veremos o benefício dessas leis. ”

Rosane é funcionária do Núcleo de Planejamento Educacional da Secretaria de Educação do DF.

www.senado.gov.br/mudouparavoce2011

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. CONGRESSO NACIONAL

SECS | SUPRES - Criação e Marketing

Presidente do Senado informa que levará aos líderes partidários proposta de revisar o Estatuto do Desarmamento e elogia Ministério da Justiça por antecipação de campanha

Líderes discutirão ideia de novo referendo sobre armas

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, informou ontem que vai submeter às lideranças partidárias a proposta de elaboração de lei que revise o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03).

Sarney disse também que é possível a realização de novo referendo para tratar do desarmamento. Na última sexta-feira, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defendeu a retomada da discussão sobre o desarmamento e sugeriu a convocação de novo referendo.

– Vou tratar disso na próxima reunião com os líderes dos partidos para ver se nós imediatamente temos condições de votar uma lei modificando o que foi decidido no referendo, e fazendo um novo referendo – afirmou Sarney.

Na consulta popular realizada em 23 de outubro de 2005, 64% da população optou por não proibir o comércio de armas e munições.

– O Rui Barbosa dizia que só quem não muda são as pedras. O que não se deve é mudar do bem para o mal e do mal para o pior. Nós estamos mudando do



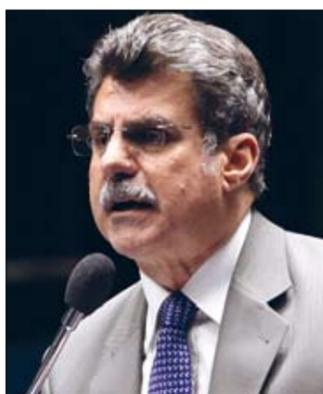
José Sarney/Senado Federal

José Sarney acredita que população será sensível a mudanças no estatuto

mal para o bem, de maneira que eu acho que a população vai ser sensível – assinalou o senador.

Sarney elogiou a iniciativa do ministro da Justiça de convocar reunião com organizações não governamentais para debater a realização de nova campanha de desarmamento.

– Acho que qualquer iniciativa no sentido de promover, de criar uma consciência nacional contra o desarmamento é muito bem-vinda. Toda vez que temos armas no país, evidentemente que elas têm por finalidade



Romero Jucá/Senado Federal

Romero Jucá coloca amplo debate como condição para novo referendo

aumentar o crime – disse.

Já o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que, antes de um novo referendo, é preciso debater o assunto.

– Eu defendo o desarmamento, acho que deve haver menos armas nas ruas. Sou a favor de uma ampla discussão desse assunto com a sociedade. Sou a favor de ampliarmos a conscientização a respeito desse assunto. Mas esse plebiscito deve acontecer apenas como resultado de um amplo debate – afirmou Jucá.

Líderes pretendem mudar pontos da reforma

Lideranças no Senado se preparam para orientar suas bancadas sobre o exame dos itens aprovados pela Comissão de Reforma Política, que entregará amanhã o seu relatório ao presidente do Senado, José Sarney. A proposta vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, ao Plenário.

Apesar de otimistas, líderes ouvidos pela Agência Senado são cautelosos ao falar sobre a conclusão da reforma pelo Congresso. Todos consideram

polêmicos os temas em debate, a começar pelo sistema proporcional de lista fechada.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), adiantou que o partido se posicionará contra a candidatura avulsa. No que se refere a suplente, o PT quer garantir que o senador não perca o mandato caso se afaste por mais de quatro anos. Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo na Casa, considera equivocados o voto em lista fechada e a candidatura avulsa. Ele defende o “distritão” e lembra que, nesse

modelo, não existe coeficiente partidário, o que já elimina a necessidade de coligação ou federação de partidos.

Segundo o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), o partido é contra a lista fechada e deverá trabalhar pelo distrital misto. A legenda também rejeita o financiamento público de campanha, mas ainda não fechou posição sobre o que irá propor. Acir Gurgacz (RO), líder do PDT, defende plebiscito sobre os pontos da reforma que forem aprovados no Congresso.



Róbison Gonçalves de Castro/Senado Federal

Começaram ontem, no Interlegis, as oficinas de trabalho do Programa de Gestão por Resultados do Senado Federal (Proresultados), que busca aprimorar a gestão administrativa da instituição, o que permitirá a redução de custos e o aperfeiçoamento dos serviços prestados aos senadores e ao público em geral. As oficinas de ontem foram comandadas pelo assessor de gestão estratégica Róbison Gonçalves de Castro, que explicou os conceitos e a metodologia do Proresultados a diretores de secretarias e subsecretarias. Lançado no último dia 6, o programa pretende estabelecer metodologia que gere parâmetros objetivos de avaliação do desempenho e dos resultados das unidades do Senado, de forma a tornar mais eficazes as atividades da Casa. Cada unidade administrativa terá 45 dias para criar seu plano de gestão. Todos os setores do Senado deverão apresentar, até 30 de outubro de cada ano, plano de gestão e, a cada dois meses, relatório sobre a execução do plano.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MP do Trem-Bala tranca a pauta

14h A pauta está trancada pela Medida Provisória 511/10, transformada no projeto de lei de conversão (PLV 7/11) que autorizou empréstimo de R\$ 20 bilhões para construção do trem-bala, que ligará Campinas (SP) à cidade do Rio de Janeiro.

Presidência Autoridades e líder maçônico

10h José Sarney recebe a senadora Ângela Portela (PT-RR); as ministras do STF Cármen Lúcia; da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário; da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros; e da Secretaria de Política para as Mulheres, Iriny Lopes; além do ministro da Justiça, Eduardo Cardozo. Às 11h, participa da reunião de líderes; às 11h30, recebe o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o presidente da Confederação Maçônica do Brasil, Rubens Ricardo Franz. Às 12h30, tem encontro com o prefeito de Ouro Preto (MG), Angelo Oswald Santos; e, às 15h45, com o senador Ciro Nogueira (PP-PI), acompanhado dos presidentes da Assembleia Legislativa do Piauí, Themístocles Filho, e da Assembleia Legislativa do Maranhão, Arnaldo Melo. Às 16h, preside a ordem do dia.

Nordeste Cronograma de visitas

9h Reunião de trabalho da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para analisar, entre outros assuntos, o cronograma de visitas aos estados da área de atuação da Sudene.

Aeronautas Fundos de pensão

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, que integra a Comissão de Assuntos Sociais, promove audiência pública sobre o fundo de pensão Aerus e outros. Foram convidados o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams; a secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio; e o advogado do processo Aerus Luís Antonio Castagna Maia, entre outros.

Mulher Ministras debatem Lei Maria da Penha

10h Eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o biênio 2011/2012. Após instalação da subcomissão, a CDH realiza audiência pública para debater a Lei Maria da Penha. Entre os convidados, as ministras da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Iriny Lopes; da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Maria do Rosário; e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

CAE Fundo de promoção de leitura

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa o projeto que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura e o que trata do recolhimento e destino final de pilhas e baterias usadas.

Amazônia Instalação e eleição de presidente

11h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia para o biênio 2011/2012.

CMA Proteção de cargas ferroviárias

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa ainda projeto que trata da proteção das cargas no transporte ferroviário e vota requerimento que solicita audiência pública para debater políticas permanentes de enfrentamento de desastres naturais.

Reforma Debate com dirigentes do Senado

18h30 A Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa da CCJ realiza audiência pública para ouvir a secretária-geral da Mesa e a diretora-geral do Senado sobre o projeto (PRS 96/09) que altera o regulamento administrativo da instituição.

CI Debate sobre o trem-bala

14h A Comissão de Serviços de Infraestrutura debate a implantação do trem de alta velocidade e sua viabilidade. Serão ouvidos o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo; o superintendente da Área de Projetos do BNDES, Henrique Amarante Costa Pinto; e o consultor legislativo do Senado Marcos José Mendes.

Esporte Infraestrutura para Copa 2014

14h30 A Subcomissão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da CMA, debate com o secretário da Casa Civil do Distrito Federal, Cláudio Monteiro, as condições de infraestrutura para os jogos da Copa.

Saúde Subcomissão é instalada

15h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

CMO Escolha do relator da LDO

15h O Colégio de Líderes na Comissão Mista de Orçamento reúne-se para escolha do relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Em debate na CDH em comemoração ao Dia Mundial do Sistema Braille, representante federal anuncia intenção de ampliar número de salas de aula para deficientes visuais

Governo diz que não vai fechar escolas para cegos

O REPRESENTANTE DA Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José do Nascimento Ferreira, negou que o governo federal tenha interesse em fechar os institutos de educação para cegos. A expansão do número de salas de aula com recursos multifuncionais – que já chega a 24 mil – foi dada como prova do interesse em investir na capacitação dos deficientes visuais.

Ferreira admitiu, no entanto, uma fragilidade na rede: a falta de contrapartida dos estados na designação de técnicos para operar as impressoras em braille fornecidas pela União. A queixa foi feita ontem, durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em comemoração ao Dia Nacional do Sistema Braille.

Apesar desses percalços, o técnico comentou o empenho do governo federal em inaugurar, até o final de 2012, o primeiro centro de formação e fornecimento de cães-guia, em Santa Catarina. Citou também

parceria entre os ministérios da Fazenda e da Ciência e Tecnologia para agregar tecnologia aos equipamentos utilizados na formação e capacitação de cegos.

Educação

Ainda na área educacional, esse público vem contando com o apoio do Serviço Nacional da Indústria (Senai), que, este mês, oferece o primeiro curso de informática para deficientes visuais.

Segundo a representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Loni Eliséte Manica, o Senai tem preparado seus professores para lidar com alunos com essas limitações e desenvolvido material de apoio aos cursos na linguagem braille.

Embora credite ao método as conquistas em termos profissionais e de acessibilidade, a coordenadora de revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos, Regina Fátima Caldeira de Oliveira, lamentou um suposto enfraquecimento da parceria entre Brasil e Portugal em torno da unificação da simbologia

braille. Conforme adiantou, nenhum dos dois países tem, hoje, representação nos conselhos Mundial e Iberoamericano de Braille.

Após se queixar de que o Dia Mundial do Braille – celebrado em 4 de janeiro – seja sempre esquecido no Brasil, o especialista em educação de deficientes visuais Jonir Bechara Cerqueira comemorou a criação do Dia Nacional do Sistema Braille. A data escolhida foi 8 de abril, por coincidir com o nascimento do brasileiro José Álvares de Azevedo, que introduziu o método francês no país em 1850.

Por fim, o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), conclamou os empresários a não só ampliarem a participação dos deficientes visuais no mercado trabalho, mas também a investirem em sua capacitação profissional.

O parlamentar fez críticas a empresas que costumam contratar portadores de deficiência para cumprir exigência legal e lhes privam do desenvolvimento profissional e da possibilidade de ascender no trabalho.



Paulo Paim (C), presidente da CDH, coordena a audiência pública realizada ontem

Debatedores alertam para a necessidade de qualificação

O governo federal precisa investir na qualificação de profissionais especializados em braille para garantir a educação dos cegos e a produção de livros para esse público. Essa foi uma das demandas apresentadas na audiência promovida pela CDH.

Segundo Moisés Bauer Luiz, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), o Ministério da Educação “vem investindo em estrutura material, construindo centros de apoio pedagógico e salas multifuncionais para deficientes visuais, mas não vem se preocupando com a respectiva qualificação de recursos humanos, ou seja, com o conhecimento, que é fundamental para que haja publicações em braille de qualidade”. O Conade faz parte da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência

da República.

– A produção de livros em braille está cada vez mais escassa e cada vez mais sem controle de qualidade – afirmou.

As críticas do presidente do Conade foram reiteradas por Telma Nantes de Matos, vice-presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil. Para ela, de nada adianta a existência de equipamentos e tecnologias sofisticados se não houver profissionais capazes de utilizá-los ou adaptá-los para os deficientes visuais.

– Há um descaso do poder público. Está ocorrendo um fenômeno de desbrailização – declarou.

Nesse contexto, Charles Jatobá defendeu a aprovação do projeto (PLS 67/11) do senador Paulo Paim (PT-RS) que regulamenta as profissões de transcritor e revisor de textos em braille.



Deficientes visuais participam da audiência pública na CDH: apelo por maior capacitação profissional e oferta de empregos

Paim pede que empresas contratem mais deficientes

No Plenário, à tarde, o senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que cerca de 2,5 milhões de brasileiros têm deficiência visual, mas somente 10 mil estão no mercado de trabalho. Paim pediu que o governo e as empresas privadas contratem mais pessoas deficientes. Ele disse que tem dois funcionários com deficiência visual e adiantou que há uma terceira funcionária cega em processo de contratação.

– Quem não entende que o deficiente pode ter seu lugar ao sol, não entende nada de vida – afirmou.

De acordo com Paim, o Dia Nacional do Sistema Braille é uma oportunidade para refletir sobre a inclusão de pessoas de todo o mundo no universo da leitura.

Conade denuncia discriminação até em concurso público

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Moisés Bauer Luiz, denunciou na audiência pública que a professora Telma Nantes de Matos foi vítima de discriminação em concurso público realizado na cidade de Campo Grande. Disse que ela havia sido aprovada em exame de seleção, mas teve seu acesso negado por ser deficiente visual.

Moisés Bauer também citou o caso de uma deficiente visual do Rio Grande do Sul aprovada duas vezes, em 2006 e 2010, para o Judiciário do estado, mas que não foi nomeada, sob a alegação de que não teria condições de exercer a atividade.

O senador Paulo Paim, presidente da CDH, informou que enviará documentos às respec-

tivas autoridades pedindo a reconsideração das decisões.

O presidente do Conade, órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, protestou ainda contra a forma como são escolhidos atualmente os membros da Comissão Brasileira do Braille. afirmou que a reformulação da comissão, em 2008, vem resultando na perda de seu “caráter técnico-científico”.

Segundo Moisés Bauer, antes os membros eram escolhidos por seu currículo, enquanto agora são escolhidos em votações por regiões, em detrimento “do reconhecimento do trabalho técnico e científico” de pessoas especializadas no assunto. Suas críticas foram direcionadas ao Ministério da Educação, ao qual está subordinada a comissão.

Senado distribui mais de 150 títulos editados em braille

Obras como a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso, entre outras leis, estão entre os cerca de 150 títulos em braille publicados pelo Senado e distribuídos gratuitamente.

A informação foi dada ontem pelo consultor de sistema braille do Senado, Paulo Roberto Pereira Brandão, durante a audiência da CDH, em homenagem ao Dia Nacional do Sistema Braille, comemorado em 8 de abril.

Paulo Roberto, que é deficiente visual, reiterou que o Senado distribui as obras

gratuitamente, principalmente para parlamentares e entidades dedicadas aos cegos. Para recebê-las, é preciso se cadastrar, o que pode ser feito por telefone: 0800-61-2211 (a ligação também é gratuita).

O consultor informou que, além do serviço de impressão em braille, o Senado conta também com equipe com quatro revisores e dois transcritores de braille.

Florian Madruga, diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), anunciou que a diretoria do Senado pretende, brevemente, publicar em braille as leis orgânicas de todas as capitais do país.



Ano VIII Senado Federal

Alguns direitos ainda estão longe de se tornar realidade

Apesar de convenção da Organização das Nações Unidas prever que os países signatários devem promover reabilitação profissional, manutenção do emprego e programas de retorno ao trabalho como um dos direitos das pessoas com deficiência, histórias como a do sargento Luis Mauricio Alves dos Santos, da Polícia Militar do Distrito Federal, mostram que isso ainda está longe de se tornar realidade.

Vítima de acidente de trânsito em 1998, Luis Mauricio, como é conhecido no Gama, cidade-satélite de Brasília onde mora, tornou-se cadeirante aos 32 anos. Passou por três hospitais em dois meses para se recuperar do acidente que lesionou gravemente sua medula. Em 1999, foi reformado por ser considerado incapaz.

Embora precise de pessoal para desempenhar funções administrativas, “a corporação entende que sua atividade-fim é o policiamento ostensivo de rua”, explica Luis Mauricio. Desde então, o sargento engajou-se na luta para mudar o estatuto da PM e do Corpo de Bombeiros.

O Fórum Permanente de Apoio e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do DF e Entorno (AJAPED), que Luis Mauricio ajudou a fundar, conseguiu a inclusão na Lei 12.086/09 de um dispositivo que viabiliza o aproveitamento de policiais deficientes em funções nas áreas de ensino, administração, saúde, finanças, informática, ciência e tecnologia. No entanto, esse dispositivo legal ainda não saiu do papel.

Reformado na PM por ser considerado incapaz, Luis Mauricio dos Santos luta pela reintegração em função administrativa

Senado se mobiliza para viabilizar convenção da ONU para deficiente

Ratificada em quase cem países, norma internacional voltada para a defesa e valorização das pessoas com deficiência ainda enfrenta dificuldades para sair do papel. No Brasil, texto segue desconhecido pela maioria dos legisladores e magistrados, dizem entidades

EMBORA A CONVENÇÃO Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência detenha o recorde de tramitação mais rápida na história da Organização das Nações Unidas (ONU) – foi assinada em 30 de março de 2007, pouco mais de quatro anos a contar do início das negociações –, ela continua enfrentando dificuldades no Brasil para sair do papel. Ratificado pelo Congresso em julho

de 2008 (Decreto Legislativo 186), com força de emenda constitucional, e promulgado em agosto de 2009 (Decreto 6.949), o texto ainda permanece desconhecido pela maioria dos juizes brasileiros, conforme entidades de pessoas com deficiência e representantes do Judiciário, reunidos no auditório Petrólio Portela, do Senado, para debater propostas encaminhadas à Frente Parlamentar Mista de Defesa

dos Direitos da Pessoa com Deficiência, instalada há uma semana. “A convenção é autoaplicável”, afirma o senador Paulo Paim (PT-RS), fazendo coro com os especialistas. Só que isso está distante de ser reconhecido no Brasil, como evidencia a história do sargento cadeirante que há 12 anos luta para ser reincorporado à Polícia Militar do Distrito Federal (*veja matéria à esquerda*).

Autor do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, Paim explica que o projeto facilita a aplicação da convenção, enquanto representantes do movimento entendem que o texto – já aprovado no Senado – precisa ser mudado para regulamentar vários pontos da convenção, além de colocar em um único lugar o emaranhado de leis e decretos que tratam dos direitos dos deficientes.



Senadores Wellington Dias (com a filha Daniely), Paulo Paim e Cristovam Buarque iluminam de azul o Congresso

José Vinelli/Senado Federal

Principais direitos estão espalhados por várias leis e decretos

A legislação brasileira que garante direitos às pessoas com deficiência se tornou um cipoal, como demonstra o levantamento realizado pela consultora do Senado Cleide Lemos. O pleito de várias entidades é que esse conjunto de leis e decretos seja consolidado no texto do estatuto que tramita na Câmara.

TRANSPORTE – A Lei 8.899/94 concede passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual às pessoas com deficiência comprovadamente carentes, assim entendidas as que tenham renda mensal familiar *per capita* de até um salário mínimo. Na regulamentação da lei, o Decreto 3.691/00 manda reservar para elas dois assentos em cada veículo convencional de transporte interestadual rodoviário, ferroviário e aquaviário. A Lei 10.048/00 manda que esses assentos sejam devidamente identificados (art. 3º) e determina que os veículos de transporte coletivo sejam planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas com deficiência (art. 5º). Para obter a carteira de passe livre, é preciso escrever para o Ministério dos Transportes, informando endereço completo.



EDUCAÇÃO – A legislação básica sobre a matéria (Constituição federal, art. 208; Lei 9.394/96, arts. 58 a 60; Lei 7.853/89, art. 2º; Decreto 3.298/99, arts. 24 a 29; Decreto 5.626/05 e Decreto 6.571/08) garante à pessoa com deficiência atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Ela tem direito a material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo – como qualquer outro aluno –, além dos serviços de apoio e material especializado para atender a suas peculiaridades, tais como livros didáticos e paradidáticos em braille, áudio e língua brasileira de sinais (Libras), laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso à informação.



1. Depois de 2008, após a ratificação pelo Brasil da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, entende-se que o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino perdeu o caráter preferencial e passou a ser obrigatório.
2. Até o final de abril de 2011, está em vigor o Convênio ICMS nº 3, de 2007, que concede isenção de ICMS para automóveis destinados ao uso exclusivo de motoristas com deficiência física. É bem possível que a vigência do convênio seja estendida, como já aconteceu outras vezes.

OUTROS – Conforme previsto na Lei 10.048/00, a pessoa com deficiência tem direito a atendimento prioritário nas repartições públicas, nas empresas concessionárias de serviços públicos e nas instituições financeiras, por meio de serviços individualizados que lhe assegurem tratamento diferenciado.

Tem direito, ainda, à equiparação de oportunidades também nos campos da cultura, da profissionalização, do desporto, do turismo e do lazer, como regula o Decreto 3.298/99 (arts. 30 a 33 e 46 a 48). A pessoa estrangeira com deficiência, detentora de visto permanente e idosa, está dispensada de substituir periodicamente seu documento de identidade, desde que tenha participado de recadastramento anterior, nos termos da Lei 9.505/97. Os brasileiros, especificamente os eleitores com deficiência, têm a garantia legal de que os juizes eleitores serão instruídos, em cada eleição, a escolher locais de votação de mais fácil acesso (Lei 10.226/01). Os tradutores e intérpretes da Libras, por seu turno, têm sua profissão regulamentada (Lei 12.319/10).



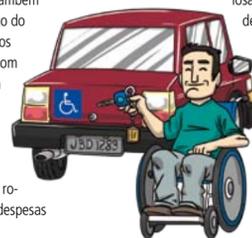
ASSISTÊNCIA – Em cumprimento ao disposto no art. 203 da Constituição federal, a Lei 8.742/93 (art. 20) garante o benefício de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não poder se sustentar nem ser sustentada pela família. Nessa situação, segundo o Decreto 6.214/07, está a pessoa incapacitada para o trabalho e para a vida independente que pertence a família cuja renda bruta mensal, por integrante, é de menos de um quarto do salário mínimo. Por sua vez, a Lei 7.070/82 garante pensão especial vitalícia às vítimas da talidomida, e a Lei 10.708/03 reconhece às pessoas com deficiência mental que tenham ficado internadas por dois anos ou mais o direito de receber auxílio-reabilitação psicossocial, no valor de R\$ 240, durante um ano. Vale a pena também conferir o teor da Lei 12.101/09, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.



TRABALHO – A Constituição federal proíbe qualquer discriminação contra o trabalhador com deficiência (art. 6º). A Lei 8.112/90 (art. 5º) e o Decreto 3.298/99 (art. 37) asseguram entre 5% e 20% das vagas de concurso destinado ao provimento de cargos e empregos públicos às pessoas com deficiência. Já a Lei 8.213/91 (art. 93) estabelece reserva de mercado no setor privado, obrigando as empresas com mais de cem funcionários a preencher entre 2% e 5% de seus cargos com pessoas reabilitadas ou com deficiência. A Lei 9.867/99 prevê a criação de cooperativas sociais destinadas a inserir as pessoas com deficiência no mercado econômico, por meio do trabalho. A Lei 8.666/93 (art. 24) dispensa os órgãos públicos de fazer licitação na hipótese de contratação de associações de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos, para prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra.



ISENÇÕES E BENEFÍCIOS – Conforme dispõe a Lei 11.727/08, não incide Imposto de Renda (IR) sobre a pensão especial vitalícia nem sobre outros benefícios pagos por conta da deficiência física às vítimas da talidomida. De modo semelhante, a Lei 8.687/93 isenta do pagamento de IR os benefícios recebidos pelas pessoas com deficiência mental. A Lei 8.383/91 (art. 72) isenta as pessoas com deficiência física do pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre o financiamento para a compra de automóveis de fabricação nacional com até 127 HP de potência bruta. A Lei 8.989/95, alterada pela Lei 10.754/03 e pela Lei 12.113/09, também isenta esses automóveis do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando adquiridos por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal. São dedutíveis do IR as despesas com próteses e aparelhos ortopédicos (por exemplo, cadeiras de rodas, pernas e braços mecânicos) e as despesas



de instrução com pessoa com deficiência física ou mental (Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal 15/01, arts. 43 e 44). Essa norma igualmente isenta da cobrança de IR os proventos de aposentadoria ou reforma motivadas por acidente em serviço e recebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrite anquilosante, nefropatia grave, osteíte deformante, contaminação por radiação, Aids e fibrose cística. Registre-se, ainda, que a Lei 12.190/10 (regulamentada pelo Decreto 7.235/10) concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.



SAÚDE – Segundo a Constituição federal, cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência é dever de todos: União, estados, Distrito Federal e municípios (art. 24). No âmbito da assistência integral à saúde da criança e do adolescente, a Constituição ordena a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental (art. 227). A Lei 7.853/89 (art. 2º) garante o acesso da pessoa com deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, bem como tratamento adequado neles. Já a Lei 9.656/98 (art. 14) proíbe que a condição de pessoa com deficiência impeça o cidadão de participar de planos de saúde. O Decreto 3.298/99 (arts. 16 a 22) assegura-lhe atendimento domiciliar e psicológico, reabilitação e fornecimento de ajudas técnicas (próteses, órteses, equipamentos, bolsas coloridas etc.). A Lei 8.686/93 (art. 3º) confere prioridade nesse fornecimento às vítimas da talidomida, que desfrutam de igual precedência nas intervenções cirúrgicas e na assistência médica desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Nos termos da Lei 10.216/01 (art. 4º), as pessoas com deficiência mental só serão internadas quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, e elas nunca serão internadas em asilos, hospícios ou manicômios. Já a Lei 12.303/10 torna obrigatória a realização do exame de emissões otoacústicas evocadas para prevenir deficiências.



ACESSIBILIDADE – Para facilitar a locomoção das pessoas com deficiência e seu acesso a bens e serviços coletivos, a Constituição prevê a elaboração de lei específica sobre a matéria (art. 227). Trata-se da Lei 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias e espaços públicos, bem como nos meios de transporte e de comunicação. Ela disciplina o desenho e a localização do mobiliário urbano, o acesso aos edifícios, o uso de sinalização e de ajudas técnicas, o fomento à eliminação de barreiras e a reserva de espaço apropriado para essas pessoas nas salas de espetáculo, conferência, aula e reunião, nos museus, nas bibliotecas e em espaços de natureza similar. Já a Lei 10.048/00 obriga a autoridade competente a baixar normas de construção para os logradouros, sanitários públicos e edifícios de uso público, com o fim de facilitar o acesso e o uso desses locais. Vale a pena conferir, também, a regulamentação dessas duas leis (Decreto 5.296/04). Note-se que a Lei 7.405/85 torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em locais e serviços utilizados pela pessoa com deficiência, enquanto a Lei 9.610/98 (art. 46) afirma não constituir ofensa aos direitos autorais a reprodução – sem fins comerciais – de obras literárias, artísticas e científicas, pelo sistema braille, para uso exclusivo de deficientes visuais. Segundo a Lei 11.982/09, os parques de diversões devem adaptar 5% de cada brinquedo ou equipamento para o uso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A Lei 10.436/02 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e determina que o poder público apoie seu uso e difusão. Ao regulamentá-la, o Decreto 5.626/05 cuida da inclusão da Libras no currículo, da formação de professores e intérpretes dessa língua e dos direitos das pessoas surdas ou com deficiência auditiva à educação e à saúde. Por fim, a Lei 11.126/05 garante à pessoa com deficiência visual o direito de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia.

Entidades temem que lei específica diminua força do movimento

Pai de Daniely, com diagnóstico de autismo grave – aos 13 anos, ela não fala e apresenta retardo mental acentuado –, o senador Wellington Dias (PT-PI) deve ser designado esta semana, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), relator do projeto que institui política nacional de proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA).

Wellington Dias estará no centro de uma controvérsia que divide o movimento das pessoas com deficiência. “O TEA está dentro das deficiências tratadas pela convenção da ONU. Leis segregadas, como uma específica para o autismo, podem enfraquecer o conjunto das reivindicações”, afirma a presidente da rede latino-americana das organizações de deficientes, Regina Atalla.

Ela reconhece, no entanto, que a convenção não tratou da prevenção, uma das grandes preocupações na área do autismo, que exige o diagnóstico precoce até os 3 anos de idade para estabelecer as intervenções adequadas e evitar danos irremediáveis aos autistas – por exemplo, serem tratados como esquizofrênicos.

A convenção da ONU, segundo Regina, cuidou apenas da reabilitação e do atendimento aos deficientes. Nos Estados Unidos, Canadá e outros países, as pessoas com autismo são tratadas como deficientes. No Brasil, o principal pleito é o atendimento diferenciado no SUS, com capacitação adequada dos profissionais. Esse foi o foco da proposta encaminhada no ano passado pela Associação em Defesa do Autista (Adefa), que instituiu um sistema integrado de atendimento aos autistas.

Porém, como estabelecia competências e obrigações ao Executivo, acabou sendo considerada inconstitucional, o que exigiu da senadora Ana Rita (PT-ES) a transformação do anteprojeto em uma política de atenção ao

autista com diretrizes gerais, votada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em 31 de março passado. Um dos pontos importantes do novo texto é considerar os autistas como pessoas com deficiência, assegurando os direitos legais já existentes às demais.

O novo relator exemplifica cada uma dessas necessidades específicas, pela história da própria família. Sem conseguir equilibrar o peçoço, Daniely foi diagnosticada com TEA após 10 meses de nascida. Só começou a caminhar entre 4 e 5 anos de idade. Possui atualmente quatro cuidadores (duas são babás que se alternam, além de fonoaudióloga e terapeuta ocupacional). Faz equoterapia e estuda em uma escola da rede regular em Teresina, com professores e auxiliares treinados. “Eu mesmo passei por treinamento específico para cuidar e entrar em contato com o mundo dela”, conta o senador.

Os custos elevados para atender os autistas impedem que as famílias carentes possam tratá-los adequadamente. O parlamentar defende a implantação de uma rede de serviços descentralizada. No seu estado, foram instalados 40 centros de reabilitação em várias regiões.

— Nosso interesse não é ter lei específica, mas regras que viabilizem o atendimento especial aos autistas – esclarece Wellington Dias. Iluminado de azul na noite de 2 de abril, em homenagem ao Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, o Congresso Nacional mostrou sua atenção para cerca de 2 milhões de brasileiros com Defesa do Autista (Adefa), que instituiu um sistema integrado de atendimento aos autistas.

Quando à aposentadoria especial aos deficientes (PLC 40/10), que o Senado começa a discutir, Wellington Dias é favorável à adequação do benefício à expectativa de vida de cada deficiência: 40 anos para o autismo e 42 para a síndrome de Down.

Saiba mais

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009 (promulgação)

<http://migre.me/4e3Nb>

Sugestão 01/2010 – Parecer da senadora Ana Rita (PT-ES)

<http://migre.me/4e3OQ>

Projeto do Estatuto do Portador de Deficiência (PLC 7699/06)

<http://migre.me/4e3QK>

Primeiro Levantamento do Especial Cidadania sobre os direitos das pcd (2003)

<http://migre.me/4e3T1>

Lei garante direitos especiais (2004)

<http://migre.me/4e3TT>

Cuidado com a audição deve começar cedo (2004)

<http://migre.me/4e3WQ>

Atitudes que levam à inclusão social (2005)

<http://migre.me/4e3Un>

Benefício de Prestação Continuada (2007)

<http://migre.me/4e3Vl>

Projetos de lei aperfeiçoam benefício assistencial (2010)

<http://migre.me/4e3Wj>

Especial sobre Lei de Cotas para Deficientes (2010)

<http://migre.me/4e3RP>

<http://migre.me/4e3St>

Senado estuda legislação nacional para dar proteção aos autistas (2010)

<http://migre.me/4e3PX>

CONFIRMA A INTEGRAÇÃO DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL



Presidente da CRE, Fernando Collor (C) ouve a análise do professor Mohamed Habib, da Unicamp, sobre acontecimentos no Egito

Fotos de Moreira Mariz/Senado Federal

Especialistas alertam para situação do norte da África

Analistas reunidos pela Comissão de Relações Exteriores apontam para incerteza política que caracteriza o Egito e a Líbia, após as manifestações por liberdade

TRÊS MESES DEPOIS do início das revoltas populares no norte da África e no Oriente Médio, o otimismo gerado pelas reivindicações por mais liberdade e democracia no mundo árabe começa a ceder espaço à incerteza política. Essa foi uma das conclusões dos participantes da primeira audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) dentro do painel intitulado " Cenário Estratégico

Internacional e Perspectivas".

Aberta pelo presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), a reunião teve como tema a atual situação política do Egito e da Líbia, dois países que foram palco das manifestações populares que se espalharam nos últimos meses pela região. Collor afirmou que o objetivo das audiências é o de ajudar a comissão a "ter uma melhor visão dos temas internacionais".

Egípcio de nascimento, o professor Mohamed Habib, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), disse que, para o Brasil, o debate sobre o que vem ocorrendo na Líbia e no Egito fornece a possibilidade de um "momento de reflexão antecipada", uma vez que o Brasil tem grande potencial na produção de petróleo. Ele sugeriu que a comissão analise os últimos cem anos do mundo árabe para extrair lições que venham a ser úteis ao país.

Entre os dez países que têm maiores gastos militares em relação ao produto interno bruto (PIB), ressaltou, sete estão no mundo árabe. E 42% da população do Egito encontra-se abaixo da linha de pobreza, em um "ambiente de corrupção, nepotismo e falta de liberdade", que levou, a seu ver, ao levante de 25 de janeiro no Cairo.

– Como egípcio que vive há 39 anos no Brasil, não gostaria de ver aqui o que vi no Egito, por isso deve-se levar a sério a questão da política energética brasileira – recomendou.

Nações ocidentais querem normalidade, diz Lampreia

O ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia observou, na audiência pública, que o "mundo se surpreendeu com a velocidade" dos acontecimentos no Norte da África e no Oriente Médio.

Ele recordou que o movimento começou na Tunísia de "forma inesperada" e rapidamente se propagou ao Egito. Nesse país, recordou, tentaram identificar o movimento com a "força libertária dos jovens". Ele ressaltou, porém, o papel dos militares do Egito, já descontentes com o então presidente Hosni Mubarak.

Na opinião do Lampreia, a Líbia teria menos importância estratégica que o Egito, pela menor população e menor produção de petróleo. A seu ver, a reação das forças do líder líbio Muamar Kadafi aos ataques militares dos rebeldes pode levar a situação a um impasse.

– Creio que o mais provável é que o interesse dos países ocidentais seja o de restabelecer um mínimo de normalidade, com a retomada da produção de petróleo. Já há quem pense que o melhor seria a partição da Líbia – disse o embaixador.

Para professor, interesses estão se deslocando do Oriente Médio

O professor Pio Penna Filho, da Universidade de Brasília, chamou a atenção para o deslocamento de interesses, do Oriente Médio para outras regiões, por parte dos grandes países ocidentais.

– Essa pode ser uma perspectiva de longo prazo para o Brasil e para a zona do Atlântico Sul – observou.

A menor importância relativa da Líbia foi ressaltada pelo professor Samuel Feldberg, das Faculdades Integradas Rio Branco. Trata-se, na sua opinião, de um país "que produz

menos petróleo que o Brasil e exporta basicamente para a Europa". O professor destacou que a Arábia Saudita aumentou sua produção em 2 milhões de petróleo por dia e acalmou os mercados.

Na audiência, Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu esforços para promover a "igualdade e a redução da pobreza" no norte da África e no Oriente Médio. Ana Amélia (PP-RS) observou que, apesar de viverem realidades distintas, Egito, Tunísia e Líbia experimentam "tensão social idêntica".



Senadores Ana Amélia, Blairo Maggi e Eduardo Suplicy acompanham debate

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Wilson Santiago • Aníbal Diniz • Mozarildo Cavalcanti • Pedro Taques • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senadora diz que presidente Dilma Rousseff deve aproveitar viagem à China para solucionar questões que ameaçam empregos dentro do país

Lia de Paula/Senado Federal



Santiago considera acertada a política econômica do governo

Wilson Santiago elogia primeiros 100 dias de Dilma

“O governo está no caminho certo”, disse Wilson Santiago (PMDB-PB) ao avaliar os primeiros 100 dias de Dilma Rousseff na Presidência da República.

– Tudo o que vivemos nesses 100 dias acena para um governo forte e equilibrado em todos os setores: o setor econômico, o social, enfim, em todas as áreas que interessam à maioria do povo brasileiro – afirmou.

O senador usou dados do Portal Brasil para demonstrar o empenho do governo em atender à população carente do país.

Segundo ele, foram investidos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Minha Casa, Minha Vida mais recursos do que no mesmo período (100 dias) do governo anterior – R\$ 6,5 bilhões este ano, contra R\$ 5,3 bilhões nos primeiros quatro meses do governo passado.

– Somos conscientes de que não foi feito tudo o que de fato queremos e o Brasil precisa, mas essas conquistas são satisfatórias porque atendem ao desejo da população e faz o Brasil ir em frente – avaliou.

Santiago elogiou também a política econômica adotada por Dilma e pelos presidentes anteriores, com ênfase no combate à inflação, e a política externa, que colocou o Brasil em uma posição de respeito no cenário internacional. Ele citou a visita ao Brasil do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e a viagem de Dilma à China, nesta semana.

Ana Amélia cobra do governo proteção à indústria nacional

A SENADORA ANA Amélia (PP-RS) afirmou ontem que a presidente Dilma Rousseff deveria aproveitar a viagem à China para solucionar questões comerciais e adotar medidas para proteger a indústria brasileira da entrada ilegal de produtos daquele país.

Ela mencionou o caso da indústria coureiro-calçadista, em que as empresas chinesas que importam para o Brasil estariam praticando esquema de triangulação. A Câmara de Comércio Exterior havia definido uma sobretaxa de US\$ 13,85, a ser cobrada de cada calçado esportivo vindo da China, como medida antidumping para proteger a produção nacional. Para fugir da sobretaxa, explicou Ana Amélia, os chineses estariam falsificando certificados de origem e exportando seus calçados para o mercado brasileiro como se fossem produzidos no Vietnã, na Malásia ou na Indonésia.

A principal evidência da ilegalidade, disse a senadora, é a queda de 62,4% observada nas importações de calçados da China, enquanto em relação à Indonésia, por exemplo, o volume aumentou 238%, sem que se verifique capa-



Segundo Ana Amélia, chineses falsificam certificados para burlar sobretaxa brasileira

cidade produtora neste país para explicar o crescimento.

– Seria muito oportuno que o governo brasileiro busque solução para esse problema junto ao governo chinês, aproveitando a visita de Dilma à China – disse.

A senadora afirmou que entidades ligadas à indústria reclamam pelo fato de não haver por parte do governo fiscalização mais rigorosa para combater a triangulação e punir tanto a China quanto os outros países que participam da fraude. Ana Amélia observou ainda que, ao mesmo tempo em que busca o apoio do Brasil para obter

uma cadeira na Organização Mundial de Comércio (OMC), a China não respeita regras.

Ana Amélia também mencionou a situação da carne suína. Existe um acordo comercial de venda entre os dois países desde 2004, mas até ontem a China ainda não havia credenciado os frigoríficos que podem exportar para aquele mercado. O governo informou ontem que a China homologou três frigoríficos, como parte dos resultados da viagem de Dilma. A previsão é de que, em cinco anos, o Brasil deva vender 200 mil toneladas de carne suína aos chineses.

Para Alvaro Dias, falta coragem para reformar



Alvaro Dias

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), criticou ontem a condução da economia pelo governo. Ele enumerou o que considera erros dos 100 primeiros dias da gestão Dilma e afirmou que falta coragem política para promover reformas.

– Dilma tem conhecimento e domínio dos temas econômicos. Nos

seus 100 dias de governo, as questões econômicas e financeiras não foram enfrentadas com a determinação que a sociedade brasileira esperava. Falta coragem política para reformar – afirmou.

Alvaro Dias criticou a contradição entre os cortes orçamentários anunciados pelo governo e o aumento no número de ministérios e nos gastos com passagens, diárias e cartões corporativos – nesse último caso, em grande parte sigilosos. O senador citou dados do Portal da Transparência e chamou de duvidosa a austeridade fiscal implantada.

– Em 2011, os gastos da Presidência chegaram a média próxima de R\$ 839 mil por mês. Em 2010, a média não ultrapassou R\$ 515 mil, ou seja, houve um aumento nos gastos com cartão corporativo da Presidência próximo a 62%. O discurso é de economia, o discurso é de corte – disse o senador.

Alvaro Dias lembrou que a presidente não cumpriu o compromisso de campanha de realizar concursos públicos e valorizar o funcionalismo.

Dilma desperdiça chance de agir, alerta Aloysio Nunes



Aloysio Nunes Ferreira

Na opinião do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), após 100 dias de gestão Dilma Rousseff, o governo está perdido, deixando problemas fundamentais sem resolução. Para Aloysio, a presidente desperdiça capital político, que poderia ser usado para tomar medidas duras capazes de impedir o agravamento dos problemas.

– Não faço coro com senadores governistas que vieram exaltar os feitos do governo. Foram tomadas ações importantes, mas que em nada revertem os problemas angustiantes que o povo brasileiro enfrenta neste momento – disse.

Uma das dificuldades, segundo o senador, é o crescimento da inflação, que em apenas três meses já se aproxima perigosamente do teto da meta de 6,5% ao ano. Em sua avaliação, as ações adotadas até agora, como a elevação da taxa de juros, não deram resultado e trouxeram efeitos colaterais, como a “inundação” de divisas na economia. Com o real valorizado, frisu o parlamentar, acelera-se a desindustrialização no país.

Para Aloysio, mesmo dentro do governo há posturas contraditórias. Ele citou declaração atribuída ao presidente do BNDES, Luciano Coutinho, de que o ministro da Fazenda (Guido Mantega), com sua política de combate à inflação com valorização do real, está matando a indústria brasileira.

Dornelles pede desoneração das exportações

Embora a balança comercial brasileira esteja equilibrada, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse ontem que é preciso desonerar a carga tributária das exportações e aperfeiçoar o sistema nacional de proteção contra práticas desleais no comércio internacional. Ele analisou os resultados da balança comercial brasileira dos três primeiros meses de 2011, divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O comércio exterior brasileiro, na sua avaliação, apresenta desempenho positivo em termos absolutos, ou seja, as exportações crescem constantemente e há diversidade de produtos exportados e de países que os compram. Mas os produtos industrializados vêm perdendo espaço para semimanufaturados e para produtos primários.

Na comparação entre janeiro e março de 2011 e o mesmo período de 2010, pontuou, a exportação de produtos básicos cresceu 45%, a de semimanufaturados, 29%, e a de produtos manufaturados, 14,6%. As importações também aumentaram, disse Dornelles, como as de bens de consumo, combustíveis, lubrificantes e bens de capital, todos com crescimentos superiores a 25% no período.

Assim, a balança comercial brasileira está equilibrada, mas a indústria nacional está ameaçada se as exportações de produtos primários continuarem crescendo mais rapidamente que as de produtos de maior valor agregado.

– O Brasil deve tratar de amparar sua indústria, em especial no sentido de garantir-lhe competitividade para reverter o quadro de redução de importância relativa na geração de receitas de exportação – disse. Para Dornelles, a indústria nacional está submetida a uma excessiva carga tributária, e a desoneração das exportações é imprescindível.



Para Dornelles, indústria nacional está ameaçada e precisa ser amparada



Aníbal Diniz celebra decisão de popularizar acesso à banda larga

O senador Aníbal Diniz (PT-AC) enfatizou ontem, em discurso, que a presidente Dilma Rousseff determinou ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que intensifique as ações do Programa Nacional de Banda Larga. De acordo com o parlamentar, a

velocidade de transmissão de dados será ampliada de 600 kilobytes por segundo (KBPS) para 1 megabyte por segundo (Mbps).

Aníbal afirmou que o preço da banda larga popular será de R\$ 35 mensais. Segundo o senador, nos estados que con-

cederem a isenção do ICMS, o preço cai para R\$ 29,80. Ele enfatizou que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), presidida pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM), está atenta à discussão e à infraestrutura necessária para

garantir a transmissão em alta velocidade.

No Plenário, o senador leu artigos e editoriais sobre os 100 dias do governo Dilma Rousseff. De acordo com ele, foram “avaliações extremamente positivas em todas as áreas”.

Senador lembra que, além da cobiça pelas matérias-primas, pela biodiversidade e pelos minerais, agora existe a questão da produção de alimentos e de biocombustíveis

Vital: aumenta compra ilegal de terras por estrangeiros

VITAL DO RÊGO (PMDB-PB) alertou da tribuna que, ao longo das últimas décadas, aumentaram as invasões, a grilagem e a compra ilegal de terras por estrangeiros na Amazônia, o que, em sua opinião, ameaça o controle institucional. Segundo o senador, além da cobiça pelas matérias-primas, pela biodiversidade e pelos minerais, agora existe a questão da produção de alimentos e de biocombustível.

– A cada dia, o mundo inteiro precisa consumir toneladas de recursos naturais e grãos. Assim, se torna cada vez mais grave a falta de alimentos, e é mais clara a urgência que muitos países demonstram em adotar, em larga escala, o biocombustível, como fonte alternativa importante em suas matrizes energéticas.

Vital do Rêgo citou estudo do Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar (IFPRI), com sede em Washington, apontando que, entre 2006 e 2010, investidores estrangeiros arremataram mais de 20 milhões de hectares de terras em países africanos e no Brasil, em operações financeiras que ultrapassam US\$ 30 bilhões.

– Segundo a mesma fonte, essas transações envolvem empresas, fundos de investimentos, governo e pessoas físicas, em negociações na maioria das vezes suspeitas, cujos contratos

são recheados de artifícios que servem para burlar a legislação existente nos países-alvo.

Vital do Rêgo observou que o governo, a sociedade, os líderes políticos e diversas entidades do setor agrícola estão muito preocupados com a continuidade dos abusos praticados pelo capital internacional no meio rural brasileiro. Ele disse que há um consenso de que esse avanço sobre terras no Brasil está se tornando perigoso e exige uma fiscalização rigorosa.

O senador lembrou que, no final do governo Lula, a Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou ao Palácio do Planalto um parecer recomendando o fechamento de brechas à compra de terras por estrangeiros, acima

dos limites estabelecidos pela Lei 5.709/71. Mas, apesar dessa decisão, advertiu o senador, os negócios com imóveis rurais no Brasil continuaram sem a devida obediência às exigências.

– Em face da continuidade dos abusos, no dia 15 de março passado, a presidente Dilma Rousseff decidiu bloquear todos os novos negócios de terras, envolvendo investidores estrangeiros, com o intuito de burlar as restrições estabelecidas. Avisou mais ainda que, a partir desse novo aviso, qualquer operação que contrarie as normas legais vigentes poderá ser suspensa pela Justiça – assinalou Vital do Rêgo, que recebeu apoio do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) em aparte.



Vital do Rêgo afirma que a "continuidade dos abusos" preocupa o governo

Rolleberg: reduzir áreas de preservação é um erro

O senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu a manutenção das áreas de preservação permanente (APPs), no projeto de reforma do Código Florestal, em 30 metros nas margens de rios com até 5 metros de largura. A última versão do texto, que aguarda votação na Câmara dos Deputados, prevê a redução dessas áreas para 15 metros.

As APPs acolhem insetos e pássaros, agentes polinizadores que aumentam a produtividade de culturas como a da soja e são responsáveis pelo sucesso de outras, como a do maracujá, argumentou o senador. Uma redução dessas áreas é um risco, já que o dano pode ser irreversível.

– Ao reduzir a APP, nós podemos estar dando um tiro no pé da produtividade da agricultura brasileira, e se nós, mais adiante, entendermos que foi um erro reduzir as áreas de preservação permanente, corremos um risco muito grande de já não termos mais condições de recuperar essas áreas plenamente, com toda sua biodiversidade, o que pode gerar prejuízos enormes – alertou.

Rolleberg também defendeu a simplificação na averbação da reserva legal. A via-crúcis enfrentada pelos produtores nos órgãos ambientais faz com que muitos acabem partindo para a ilegalidade, disse ele.



Para senador, medida do novo Código Florestal é "tiro no pé"

Ferraço defende extinção dos terrenos de marinha

O instituto legal conhecido como "terreno de marinha" é anacrônico e abusivo, e deve ser extinto, defendeu ontem o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Esse tipo de propriedade da União não tem similar em nenhum outro país, argumentou.

Os terrenos de marinha são os alcançados pela influência das marés, situados em faixa de 33 metros da linha do preamar (maré cheia) médio do ano de 1831. Àquela época, disse Ferraço, a distância de 33 metros foi escolhida por ser o alcance médio das agora antigas balas de canhão das embarcações. Sob a justificativa de prevenir ataques estrangeiros nas margens do oceano ou de rios, o império português determinou que nada poderia ser construído nessa faixa de terra, por motivos de segurança.

Na opinião de Ferraço, que é relator de duas propostas de emenda à Constituição sobre o tema, os terrenos de marinha devem ser extintos e as áreas devem ser transferidas para os particulares que as ocupam ou para os municípios, quando não houver ocupação. Imóveis que abrigam serviços públicos permaneceriam em propriedade da União, bem como as áreas usadas para treinamento das Forças Armadas ou que sejam de interesse público.



Esse tipo de propriedade só existe no Brasil, diz Ferraço



Mozarildo avaliou resultado da pesquisa do IBGE em 2009

Moradores do Norte se sentem menos seguros

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) citou ontem pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para afirmar que a sensação de insegurança da população é maior na região Norte do que no restante do país.

O parlamentar afirmou que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE indicou que, em média, 52% das pessoas maiores de 10 anos declararam sentir segurança nas suas cidades em 2009. A média das cidades da região Norte foi de 48,2%.

O senador citou também o percentual dos que se sentem seguros em seu bairro: 67,1% na média brasileira, contra 59,8% nas cidades da região Norte. A mesma diferença não se registrou entre os que declararam sentirem-se seguros em seu domicílio (79,6% no país e 78% na região Norte).

Mozarildo informou que a pesquisa reflete o universo dos 162 milhões de brasileiros maiores de 10 anos. Segundo a amostragem, 11,9 milhões de pessoas nessa faixa (ou 7,3%) foram furtadas entre setembro de 2008 e setembro de 2009.

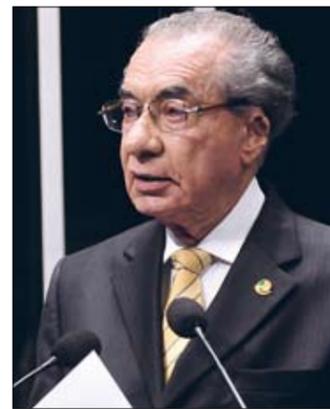
– A segurança pública tem sempre figurado como uma das maiores preocupações da sociedade – afirmou o parlamentar, que citou ainda o fato de 1,6% da população pesquisada ter sofrido agressão física.

Petecão pede ajuda federal para vítimas de cheia

O senador Sérgio Petecão (PMN-AC) pediu a ajuda da Defesa Civil nacional para as populações atingidas pelas cheias do rio Acre que, como relatou, atingiram os bairros mais pobres da capital, Rio Branco. Segundo informações recebidas da Defesa Civil, a cada três horas o rio tem subido 10 centímetros. Os bairros atingidos pela cheia são Seis de Agosto, Taquari, Baixada da Bitasa, Ayrton Senna, Triângulo Novo e outros onde a população está sendo obrigada a sair de suas casas, disse o senador.

Sérgio Petecão informou que a Defesa Civil do estado não está dando conta do atendimento às pessoas atingidas, que estão colocando os seus bens no meio da rua e interditando as vias.

– Fica aqui o nosso apelo para que a Defesa Civil nacional ajude o governo do estado a amenizar o sofrimento daquelas pessoas



Para senador, Brasil não atingiu nível "minimamente satisfatório"

João Durval critica situação da educação no país

João Durval (PDT-BA) criticou ontem a situação da educação no Brasil, que seria, segundo o senador, "de gravidade extrema e capaz de deixar as mais terríveis sequelas para a sociedade".

– Declaramos nossa Independência, demos consistência ao Estado, marcamos nossas fronteiras, mas não fomos capazes de oferecer aos filhos da nossa nação um sistema de educação digno que respondesse aos enormes desafios impostos pela contemporaneidade – afirmou.

João Durval disse ver com preocupação o fato de que, no início da segunda década do século 21, o Brasil ainda esteja longe de atingir um nível "minimamente satisfatório" na educação. Segundo ele, apesar de o país ter universalizado o acesso das crianças ao ensino fundamental, ainda há baixo número de matrículas no ensino médio. O senador também criticou o desempenho "abaixo da crítica" dos alunos brasileiros.

– Vários testes internos e externos mostram o baixo nível do nosso sistema – lamentou.

O senador citou prédios inadequados, material pedagógico defasado e bibliotecas inexistentes ou com acervo escasso como alguns dos principais problemas da educação brasileira, além "do maior deles": professores pouco reconhecidos e mal remunerados.



Petecão também denuncia avanço boliviano sobre produção de castanha

que estão precisando do nosso apoio – disse o senador.

Petecão também denunciou que empresários bolivianos estão indo ao Acre e comprando toda a produção de castanha. Segundo ele, há uma concorrência desleal, pois enquanto os empresários brasileiros que beneficiam a castanha são obrigados a arcar com pesada carga tributária, os bolivianos pagam pouquíssimos impostos em seu país.